

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Consultivo
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVEA VIEIRA

DACIO MALTA — *Editor*
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

SÉRGIO RÉGO MONTEIRO — *Director*

Além das Reformas

Quem quer que compare o Brasil de hoje ao Brasil pré-Plano Real terá de se render à evidência de que, ainda quanto longo seja o caminho até o controle definitivo da inflação, com a plena retomada do desenvolvimento, vivemos em um novo país.

Razões para otimismo: o Congresso comprometeu-se com as reformas, em razoável sintonia com as propostas do governo e a plataforma política eleita pela maioria nas urnas; a população já não reage como se o retorno da inflação fosse inevitável; o corporativismo das estatais convenceu-se de que o recurso à greve política é inútil; o empresariado descobre que já não pode se escorar apenas no câmbio para compensar o chamado custo Brasil.

Até mesmo a discussão acalorada com a Argentina em torno de quotas de importação de automóveis teve seu lado didático: já não é possível conduzir a economia brasileira como se o país vivesse dentro de uma retorta, ou, para usar uma expressão da época do autoritarismo, como se fosse uma ilha. A globalização das economias requer novos compromissos e as parcerias envolvem cada vez mais costumes e normas de caráter internacional.

No olho do furacão das reformas, a Petrobrás é um exemplo de como o país e essa empresa podem mudar para melhor. O plano quinquenal de investimentos da Petrobrás deveria mobilizar cerca de US\$ 20 bilhões, cobrindo a produção de óleo para atingir uma capacidade de 1.000 barris/dia, o aumento do gás natural, refino, oleodutos e transporte.

Se fosse atuar isolada e monopolisticamente, a Petrobrás dificilmente conseguiria mobilizar a metade do que necessita, por ano, para atingir seus objetivos. Longe de conter, as mudanças que estão sendo introduzidas na Constituição irão acelerar a expansão da Petrobrás, mediante associações, parcerias e *joint-ventures*.

A empresa tem todos os motivos para se considerar grande vencedora, ao contrário do que o corporativismo à moda antiga temia. O processo de privatização deve ser acelerado, em particular, em áreas como o gás, cuja participação na matriz energética brasileira é ridícula, não permitindo comparações nem mesmo com os vizinhos industrialmente menos desenvolvidos do Mercosul.

O que se aplica ao petróleo e ao gás aplica-se também às telecomunicações, aos transportes pesados, aos portos e à geração de energia elétrica. Visto de perto, cada um desses setores agrega custos ao chamado custo

Brasil, uma das pedras de toque do pronunciamento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, em almoço com empresários nesta sexta-feira, em São Paulo.

O novo Brasil, que todos desejamos, não é um país cuja economia se ajustará apenas por mudanças no câmbio ou nos juros. Embora críticos, câmbio e juros não podem ser vistos de forma dissociada de estradas que não funcionam ou portos que cobram as taxas de embarque e desembarque mais caras do mundo, como acontece em Santos.

O novo Brasil ficará mais perto e mais à mão se aceleradas forem, também, as reformas que permitem formar caixas para investimento a longo prazo. Este é o papel que a Previdência Social tem desempenhado nos países mais ricos e com melhor distribuição de renda no mundo.

O novo Brasil é, nesse sentido, uma empreitada com um longo caminho pela frente, exigindo o engajamento de todas as administrações estaduais ou até mesmo regionais. Governos como os de Mário Covas, em São Paulo, e Antônio Britto, no Rio Grande do Sul — para citar apenas dois casos —, pilotam áreas críticas para o sucesso do Plano Real, em particular na infraestrutura e no encaminhamento dos problemas de endividamento interno.

Boa parte dos custos de exportação das indústrias paulistas e do Oeste, envolvendo Mato Grosso e Goiás, seria resolvida com a melhoria das ferrovias e portos. Em larga medida, os tesouros estaduais se desonerariam se em lugar do endividamento financeiro as empresas públicas desses e de outros estados tivessem o seu capital democratizado.

Estados e administrações regionais menos endividados serão aliados mais fáceis de programas de revisão do sistema tributário e fiscal. Hoje, com o alto grau de despesas orçamentárias vinculadas, amarram-se as mãos do Tesouro Nacional, obrigado a distribuir verbas até mesmo quando o interesse nacional clama para um superávit fiscal como arma auxiliar para evitar juros altos ou câmbio instável.

O novo Brasil é uma tarefa imensa. Permite o otimismo, mas ainda requer muito trabalho, tanto em Brasília quanto em cada estado, cada município, e, sobretudo, na mente dos cidadãos, que devem ficar atentos contra qualquer ameaça de retorno da doença inflacionária. Não é mais possível repassar essa forma injusta de imposto aos mais pobres.